

BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 8, NÚMERO 6 - SETEMBRO 2012



África: o despertar de um continente?

RECURSOS NATURAIS

Riquezas naturais: uma maldição inevitável?

INFRAESTRUTURA

Comércio de serviços e desenvolvimento sustentável na África: a questão distributiva

COOPERAÇÃO EM AGRICULTURA

A experiência da Embrapa na África



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 8, NÚMERO 6 - SETEMBRO 2012

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development
Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EDITORES

Michelle Ratton Sanchez Badin

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

ASSISTENTES DE EDIÇÃO

Ana Carolina Netto

Tatianna Mello Pereira da Silva

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

RECURSOS NATURAIS

4 **Riquezas naturais: uma maldição inevitável?**

Otaviano Canuto, Matheus Cavallari

INFRAESTRUTURA

8 **Comércio de serviços e desenvolvimento sustentável na África: a questão distributiva**

Luiz Eduardo Rielli

ENERGIA SUSTENTÁVEL

12 **Viabilizando comércio e mercados para a energia sustentável na África**

Mahesh Sugathan

BRICS

15 **Um olhar sobre o engajamento da África com os BRICS**

Taku Fundira

COOPERAÇÃO EM AGRICULTURA

17 **A experiência da Embrapa na África**

José Luiz Bellini Leite

20 **Informações úteis**

21 **Publicações**

Em pauta: o futuro da África



Gigante pela dimensão e população, a África é formada por dezenas de países com as mais variadas raízes étnicas e históricas. À luz de tamanha diversidade, sob que perspectivas é pertinente empregar uma denominação comum a esse conjunto de unidades? Seriam as tristes cenas de fome ou de guerras civis? Ou, pelo contrário, o enorme potencial ali encontrado? Independentemente da resposta dada às perguntas acima e a tantas outras possíveis, uma conclusão é incontestável: se há algo que mobiliza o continente como um todo, são os inúmeros desafios que as próximas décadas trarão à África.

Componente fundamental para explicar um mundo em constante transformação, o presente e o futuro da África nos convidam à reflexão. Qual será o papel concedido ao continente em um contexto marcado pela progressiva ascensão de novos polos de poder? De que maneira os países africanos responderão às demandas do século XXI? Como buscarão inserir-se em uma realidade em rápida transformação, em que novos problemas devem ser encarados?

A edição do Pontes que chega até você, nosso(a) leitor(a), visa a contribuir para tais reflexões. No primeiro artigo deste número, Otaviano Canuto e Matheus Cavallari discutem um polêmico tema, usando o continente africano como exemplo: a abundância de recursos naturais pode ser considerada, sob o ponto de vista econômico, uma bênção ou uma maldição? A exploração deste potencial é discutida ainda por Luiz Eduardo Rielli e Mahesh Sugathan, que analisam uma mesma questão sob dois ângulos distintos. Poucos questionam que, da África, deverá sair parte considerável da oferta de energia que o mundo exigirá nas próximas décadas. Resta saber, entretanto, qual a melhor maneira de permitir que o potencial do continente se converta em realidade e, obviamente, discutir quem tem se beneficiado com as iniciativas já existentes em seu extenso território.

Finalmente, a presente edição traz dois textos que discutem a relação da África com os países em desenvolvimento. No primeiro deles, Taku Fundira aborda a inserção econômica e política dos BRICS, agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, no continente. Ademais, José Luiz Bellini Leite descreve a experiência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na África, apresentando os principais projetos e desafios dessa iniciativa de cooperação técnica.

Este número do Pontes começa com inúmeras perguntas. Não poderia ser distinto; em seu novo formato, a publicação deseja aprofundar a sua vocação de promotora de debates relevantes nas áreas de comércio e desenvolvimento sustentável. Parte fundamental de qualquer discussão, você, prezado(a) leitor(a), é o protagonista deste esforço. Por isso, gostaríamos de convidá-lo(a) a comentar as notícias publicadas no [site do Pontes](http://site.do/Pontes). Caso queira nos escrever um e-mail, o endereço é pontes@ictsd.ch.

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

RECURSOS NATURAIS

Riquezas naturais: uma maldição inevitável?

Otaviano Canuto, Matheus Cavallari

Neste artigo, os autores sustentam que não é possível estabelecer uma relação clara entre abundância de recursos naturais e níveis de renda per capita.

A abundância de recursos naturais é intuitivamente considerada uma bênção. Contudo, há algumas décadas, tem-se argumentado que grandes dotações de recursos naturais – em especial, óleo, gás e minerais – podem, na verdade, tornar-se uma maldição, que, com frequência, conduz ao lento crescimento econômico e a disputas redistributivas.

Nesse contexto, o Banco Mundial deu início a uma inovação nas contas nacionais, de modo a capturar o conjunto de ativos que melhor mede o processo de desenvolvimento. Esse trabalho resultou em um conjunto de riquezas contabilizadas dentro de um período de dez anos (1995-2005), para mais de 120 países¹.

Neste artigo, esses dados serão analisados com o objetivo de revisitar algumas das conclusões alcançadas na literatura sobre a relação entre abundância de recursos naturais e crescimento econômico. A principal conclusão desse esforço é de que não há evidências claras que permitam afirmar, de forma determinista, que a abundância de recursos naturais é uma maldição ou uma bênção. Portanto, o seu efeito em um país depende de outros determinantes.

Índices de riquezas naturais: o que eles dizem?

O conjunto de contabilização de riquezas estabelecido pelo Banco Mundial é composto por capital produzido (maquinário, estruturas e equipamentos); capital natural (terra agrícola, áreas protegidas, florestas, minerais e energia); e capital intangível. Mensurar as riquezas naturais constitui um passo inicial para capturar sua contribuição potencial para o acúmulo geral de capital e o correspondente crescimento da renda.

Capital produzido

A participação do capital produzido na riqueza aumenta a partir de níveis baixos, em países de baixa renda, mas permanece razoavelmente modesto depois disso. As poupanças acumuladas para investimentos em ativos físicos parecem acompanhar e apoiar a ascensão do nível de renda, normalmente em velocidade proporcional. A Tabela 1 apresenta dados sobre riqueza e riqueza *per capita* por tipo de capital e renda em 1995 e em 2005.

Capital intangível

Riqueza intangível é o maior componente de riqueza total para todos os níveis de renda – e ainda mais relevante para níveis de renda média-alta e alta. Maior nível educacional, melhoras em instituições, governança e outras formas intangíveis de riqueza são imperativas se um país procura superar “armadilhas da renda média”. O nexo entre poupança e investimento não é tão direto quanto no caso do capital produzido, pois a dinâmica da acumulação da riqueza intangível depende da qualidade da educação, da evolução institucional, do conhecimento coletivo e do progresso técnico derivado de fontes diferentes de pesquisa e desenvolvimento.

Capital natural

Disso decorre que ativos naturais compreendem uma parte substancial da riqueza total para baixos níveis de renda. Sua relevância decresce à medida que a economia obtém sucesso na elevação do nível de renda. Em todos os casos, contudo, se o uso de capital natural não renovável conduzir ao apoio somente do consumo, não haverá ativos para a geração de renda em substituição aos ativos naturais, quando estes estiverem esgotados.

Tabela 1. Riqueza e riqueza *per capita* por tipo de capital e grupo de renda (1995 e 2005)

Grupo de renda	1995				
	Riqueza total (bilhões de US\$)	Riqueza per capita (US\$)	Capital intangível (%)	Capital produzido (%)	Capital natural (%)
Baixa renda	2.447	5.290	48	12	41
Média-baixa renda	33.950	11.330	45	21	34
Média-alta renda	36.794	73.540	68	17	15
Alta renda - OCDE	421.641	478.445	80	18	2
Mundo	504.548	103.311	76	18	6
2005					
Baixa renda	3.597	6.138	57	13	30
Média-baixa renda	58.023	16.903	51	24	25
Média-alta renda	47.183	81.354	69	16	15
Alta renda - OCDE	551.964	588.315	81	17	2
Mundo	673.593	120.475	77	18	5

Fonte: Banco Mundial 2011, p. 7

Nota: Dados baseados no conjunto de países para os quais é possível contabilizar riquezas de 1995 a 2005

Os dados da tabela não incluem países exportadores de petróleo de renda elevada

OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

O capital natural também varia com o tempo por razões diferentes de seu uso. Sua diminuição em termos relativos não impede que ele aumente em termos absolutos, como resultado de mudanças tecnológicas ou novas descobertas. Eu acho que só Collier aqui ficou muito vago, o quilômetro quadrado de países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentava, em 2000, US\$ 125.000 em ativos de subsolo conhecidos. Em contraste, esse mesmo indicador é de apenas US\$ 25.000 na África. Provavelmente, isso é consequência de importantes deficiências no processo de descoberta na África.

Os valores de capital natural também podem ser alterados como resultado da heterogeneidade dos recursos naturais. O valor de ativos existentes pode aumentar se o crescimento da produção global estiver baseado em fontes menos eficientes na margem. Tais "rendas" tendem a ser refletidas no valor do capital natural em países bem dotados de recursos de alta qualidade.

É possível pensar que a abundância de capital natural – medida em riqueza natural *per capita* – é, em princípio, favorável ao aumento no nível de renda *per capita*. Além disso, o arquétipo médio da progressão de riqueza pode ocorrer com diferentes participações do capital natural nos diversos países. Isso é ilustrado por diferentes composições de riqueza em 2005 entre países de alta renda (Estados Unidos, Japão, Noruega, Canadá e Austrália), assim como em países de renda média e baixa (ver Tabela 2).

Então, onde podemos localizar uma possível "maldição dos recursos naturais"?

Algumas análises explicam como certas condições podem resultar em situações nas quais *booms* de recursos naturais se tornam uma maldição. Uma fraca governança e políticas econômicas ruins levam a uma deficiente alocação e gestão dos recursos: assim, estes são deslocados de atividades produtivas para outras improdutivas, de *rent-seeking*. Não é por acaso que os casos de maldição de recursos sejam principalmente associados às indústrias extrativas, pois estas podem facilmente tornar-se objeto de *rent-seeking* e de disputas redistributivas.

O uso da renda adquirida mediante a tributação sobre a extração de recursos naturais para consumo por meio de gastos públicos é outra manifestação típica de uma governança fraca. Na verdade, o manejo de desafios de macrogestão que tipicamente acompanham o

Tabela 2. Participação do capital natural na riqueza total *per capita* (países selecionados)

País	Riqueza total per capita (US\$ de 2005)	Capital natural per capita (US\$ de 2005)	Participação do capital natural na riqueza per capita (%)
Noruega	861.797	110.162	12,8
Estados Unidos	734.195	13.822	1,9
Japão	548.751	2.094	0,4
Canadá	538.697	36.924	6,9
Austrália	518.805	39.979	7,7
Brasil	79.142	14.978	18,9
Argentina	71.252	10.267	14,4
Malásia	64.767	12.750	19,7
Botsuana	58.895	5.420	9,20
Jordânia	51.454	2.690	5,2
Nigéria	10.982	6.042	55,0
Índia	10.539	2.704	25,7
Malawi	3.471	1.170	33,7

Fonte: Cálculos dos autores, Banco Mundial 2011, apêndice C

boom de recursos naturais em países abundantes nestes recursos remontam, na maioria dos casos, à qualidade da governança.

Contudo – e independentemente de os recursos naturais serem dominantes –, parece que, na maior parte dos casos, capital novo se transforma em mais renda. Na verdade, como mostra a Figura 2, não existe um padrão regular entre a abundância relativa de recursos naturais e os níveis de renda e, portanto, não é possível capturar nenhuma maldição dos recursos naturais. Intuitivamente, conforme confirmado por esses resultados, a bênção potencial associada às descobertas de recursos naturais existe porque eles expandem o estoque de capital total do país.

Nesse sentido, os países podem obter vantagens da fonte adicional de riqueza no período compreendido pelo início de sua exploração e a extinção desses recursos, aumentando o produto interno bruto (PIB) *per capita*. Claramente, o desafio real é investir essa renda em outros ativos produtivos, de forma a gerar outros tipos de abundâncias para as gerações futuras e sustentar a renda *per capita* em altos níveis.

Considerações finais

Com base nos dados sobre a riqueza natural dos países, disponibilizados recentemente pelo Banco Mundial, não é possível encontrar, em nossa análise empírica, evidências significativas que determinem uma relação negativa direta entre a abundância de recursos naturais e os níveis de renda *per capita* – a chamada “maldição dos recursos naturais”². Assim, “é reforçada a hipótese de” que a riqueza intangível, na forma de qualidade de governança, é o determinante-chave para um quadro em que a abundância de recursos naturais seja uma bênção ou uma maldição.

Três tipos de políticas foram enfatizados na literatura como a forma mais segura de garantir que a abundância de recursos naturais seja maximizada – especialmente no caso de países de baixa renda, para os quais o uso de recursos naturais pode ser crucial para a elevação da renda *per capita*³.

Em primeiro lugar, é central garantir uma transparência elevada e que todas as fases da extração e uso de recursos naturais sejam centrais para a obtenção de resultados favoráveis, assim como para minimizar os riscos de captura da renda por redes de patronagem e evitar premiar comportamentos de *rent-seeking*.

Da mesma forma, a adoção de regras fiscais que protejam investimentos do esgotamento de recursos naturais com o tempo e que mitiguem os efeitos da volatilidade usual associada aos preços dos recursos naturais pode reforçar as dinâmicas de acumulação de riquezas no sentido da elevação do nível de renda.

Reformas para melhorar as capacidades do setor público em termos de gestão de investimentos públicos, monitoramento e avaliação, processos de orçamento, entre outros, também podem contribuir para a transformação da riqueza de recursos naturais em capital produzido e em riqueza intangível.

❶ Esse conteúdo está disponível em: <<http://bit.ly/QCTJUI>>.

❷ Ver: <<http://bit.ly/NFYcTH>>.

❸ Ver: <<http://bit.ly/NCsd7m>>.



Otaviano Canuto

Vice-presidente e chefe da Rede de Redução da Pobreza e Gestão Econômica (PREM, sigla em inglês).



Matheus Cavallari

Consultor para a Rede PREM.

INFRAESTRUTURA

Comércio de serviços e desenvolvimento sustentável na África: a questão distributiva

Luiz Eduardo Rielli

Com atenção especial a projetos de infraestrutura realizados em Moçambique, este artigo discute os desafios na distribuição dos benefícios resultantes da liberalização de investimentos e comércio.

O tradicional embate entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento sobre a liberalização do comércio internacional de serviços parece ganhar novos contornos na atual corrida por investimentos na África.

Esse processo é benéfico desde que resulte em uma maior concorrência interna, de modo a estimular a queda de preços e o aumento da qualidade do bem ou serviço transacionado. No caso da entrada de provedores de serviços, existem ainda os benefícios adicionais para a cadeia de valor por meio da maior eficiência, do acesso a novos conhecimentos e tecnologias, além do aumento dos investimentos externos diretos. Portanto, se bem feita, a liberalização em serviços incrementa as vantagens comparativas de países de menor desenvolvimento relativo e abre o acesso ao mercado internacional.

É inegável que a abertura ao comércio de serviços ao capital internacional tem alavancado o crescimento econômico de países africanos, que se recuperam de uma história de conflitos sociais e subdesenvolvimento. Por outro lado, como todo processo de realocação de capital, há custos envolvidos: apesar de oferecerem condições atrativas à entrada de investimentos, o nível de maturidade dos mercados locais, a fragilidade institucional e a baixa articulação social impõem desafios à regulação desses fluxos e à mitigação de seus efeitos colaterais.

Nesse contexto, é válido indagar se esse rápido crescimento tem contribuído para o desenvolvimento. Como custos e benefícios estão sendo distribuídos? Esses investimentos têm gerado desenvolvimento para quem? Tomando esses questionamentos como ponto de partida, este artigo explora o caso dos investimentos em infraestrutura de Moçambique e os atuais dilemas de desenvolvimento de uma nação em transformação.

Moçambique: a nova fronteira do crescimento

Localizado na porção austral da costa leste africana, Moçambique tem sua história no comércio internacional iniciada como entreposto colonial português entre o Ocidente e as Índias, na rota comercial marítima entre Europa, Oriente Médio e Ásia. Hoje, o país independente, com 23,9 milhões de habitantes, vive um boom de investimentos, possibilitados pela relativa estabilidade política obtida com a reconciliação nacional após quatro décadas de conflitos armados.

Na última década, Moçambique vivenciou um impressionante aquecimento econômico, com média de crescimento do produto interno bruto (PIB) de 7,2% ao ano, fechando em US\$ 9,6 bilhões em 2010¹.

Com o objetivo de aumentar o dinamismo econômico e impulsionar sua receita fiscal, o governo de Moçambique recentemente decidiu colocar no centro de suas políticas públicas a exploração dos recursos naturais para exportação como plataforma para o crescimento. Nesse sentido, deseja colocar Moçambique na posição de exportador líquido de *commodities* agrícolas e energéticas, com foco nos países vizinhos da África austral, na Europa e na Ásia. As extensas áreas de savana no Norte do país passam a ser a nova fronteira de crescimento não somente de Moçambique, mas também de tradicionais

US\$ 5,2 bilhões

Investimento do Brasil em Moçambique na última década. O país é o principal destino de projetos de organizações brasileiras na África.

provedores de bens e serviços, como Portugal e Japão e, principalmente, dos emergentes Brasil, China e Índia.

Essa estratégia de utilização da base natural foi retomada em 2011, com importantes marcos. Em agosto, o governo nacional ofereceu 6 milhões de hectares – área equivalente a 1,5 vez o território da Suíça – para que agricultores brasileiros plantassem soja, algodão e milho nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, no norte do país². Sob a condição de empregar 90% de mão-de-obra moçambicana, os empreendedores poderão utilizar as terras por 50 anos, mediante o módico imposto de US\$1/hectare. Ao oferecer áreas de savana – povoadas por pequenos agricultores familiares e grupos pastoris – a estrangeiros sob regime de concessão e com subsídios na obtenção de maquinário, o governo contribui para a consolidação da política agrícola da monocultura de larga escala para a exportação.

Em 14 de setembro do mesmo ano, pela primeira vez em vinte anos, foi realizada a exportação de 35.000 toneladas de carvão mineral a partir do porto da Beira³. Com reservas pouco exploradas, a bacia carbonífera da província de Tete, também ao norte do país, é considerada uma das maiores do mundo, bem posicionada para suprir mercados em expansão de Brasil, China e Índia. Em 2012, a produção deve chegar a 5,93 milhões de toneladas, distribuídas entre os 1.165 títulos mineiros. Entre os principais projetos estão as minas de Moatize (25 milhões de toneladas em 2014) da brasileira Vale; Riversdale, Benga e Zambeze (25 milhões de toneladas em 2016) da parceria entre a anglo-australiana Rio Tinto e a indiana Tata Steel; e JSPL (10 milhões de toneladas) da indiana Jindal Steel & Power.

As exportações de *commodities* energéticas também devem crescer rapidamente, impulsionadas pela exploração do potencial hidrelétrico da bacia do baixo Zambezi. Em novembro de 2011, o governo lançou um ambicioso projeto de transmissão elétrica – *Power Transmission Backbone* –, interligando as regiões produtoras da província de Tete aos centros consumidores do sul do país e a seus vizinhos da África austral. Atualmente, 85% da eletricidade gerada é proveniente da hidrelétrica Cahora Bassa (2.075 Mw), que distribui 1.350 Mw para a África do Sul, 400 Mw para Moçambique, 200 Mw ao Zimbábue e o restante a Botsuana e Malawi. A nova linha de transmissão permitirá o fornecimento de energia dos projetos em andamento Cahora Bassa Norte (1.245 Mw) e Mpanda Nkuwa (1.500 Mw), 60 km a jusante da primeira barragem. Considerado um dos maiores projetos de infraestrutura da África, Mpanda Nkuwa aguarda as definições da construção da linha de transmissão e o contrato de venda de energia para a África do Sul.

Do ponto de vista econômico, o maior desafio de Moçambique para a manutenção do *boom* de investimentos está no escoamento das *commodities* agrícolas e energéticas. Os três principais corredores logísticos (Maputo, Beira e Nacala) seguem obsoletos em sua capacidade de escoamento. São previstos novos investimentos em linhas férreas, como a de Tete-Nacala (500km) e a expansão de portos, aeroportos e de uma rede de comunicação. Para a ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, “as novas vias de transporte, linhas de transmissão de eletricidade, sistemas de abastecimento de água, sistemas de comunicação e outros meios criados para o desenvolvimento destes irão servir para desenvolver outras atividades econômicas e beneficiar a população em geral, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país”⁴.

Apesar do crescimento econômico gerado pelos megaprojetos ser evidente, o impacto sobre a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável de Moçambique deve ser questionado. A exportação das riquezas como plataforma de crescimento tem gerado desenvolvimento? Quais os custos envolvidos e quais têm sido os benefícios dessa nova fronteira?

Os dilemas entre crescimento e desenvolvimento

Ao mesmo tempo em que Moçambique se encontra na fronteira do crescimento – em consequência dos elevados fluxos de investimento –, paradoxalmente, segue a reboque, quando se trata de desenvolvimento econômico e social. De acordo com o Programa

Em 2006, 554 milhões de pessoas não tinham acesso à eletricidade na África, segundo o *Energy Outlook*, da ONU.

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Moçambique possui um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, na 184ª posição dentre os 187 países analisados. Ainda nos indicadores sociais, 60% da população encontra-se abaixo da linha de pobreza, com renda inferior a US\$ 1,25 por dia (ver Tabela 1) – quadro diretamente vinculado ao acesso de bens básicos, como alimentos.

Tabela 1: Desenvolvimento e inclusão energética na África austral

	IDH	População abaixo da linha de pobreza (PP\$1,25/dia)	Capacidade instalada elétrica (Mw)	Suficiência energética (%)	Geração elétrica renovável (%)	Taxa de acesso a eletricidade (%)	% da população utilizando combustíveis sólidos
Moçambique	0.32	60.0	2.248	122,0	99,9	11,7	>95
Zimbábue	0.37	-	2.099	89,7	35,9	41,5	71
Malawi	0.40	73.9	315	89,1	92,0	9,0	>95
Zâmbia	0.43	64.3	1.680	92,2	99,5	18,8	86
África do Sul	0.61	18.7	44.100	111,0	1,5	75,0	17

Fonte: IRENA; Dados de desenvolvimento de PNUD, 2011

A opção estratégica de alto crescimento baseada nas exportações de *commodities* parece ser vulnerável em um contexto de subdesenvolvimento e pobreza endêmica. A concessão do solo para a monocultura agrícola de larga escala, por exemplo, pouco ajuda na produção e provisão de alimentos. Muito pelo contrário, enfraquece a agricultura familiar ao competir pelo uso de escassos capitais – sejam eles terras, mão-de-obra ou recursos financeiros. Portanto, o modelo de exploração de extensas áreas de savana para atender a demandas de mercados externos pouco contribui para a melhoria do bem-estar social. O interesse dos investidores estrangeiros tampouco parece estar no desenvolvimento sustentável local. Como resume o presidente da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, “Moçambique é um Mato Grosso [estado brasileiro produtor de soja] no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete muito mais barato para a China”⁵.

De modo análogo, os benefícios da exploração de *commodities* energéticas devem ser avaliados sob a perspectiva do desenvolvimento. Essa cautelosa abordagem baseia-se no entendimento de que energia é um bem básico e que sua qualidade e modicidade tarifária são fundamentais para o desenvolvimento e a redução da pobreza. No que toca à inclusão energética, o país gera 2.248 Mw em fontes renováveis, tendo sua atual autossuficiência em eletricidade (122%) reforçada pelos novos empreendimentos⁶. No entanto, essa energia pouco chega à população. Com uma taxa de acesso a eletricidade de 11,7%, mais de 95% da população acaba recorrendo ao uso de combustíveis sólidos tradicionais de baixo desempenho como lenha e carvão vegetal.

Já aqueles que possuem o privilégio do acesso, sofrem com a baixa qualidade do serviço. Na cidade de Tete, por exemplo, são recorrentes os picos e quedas de energia, sendo comum o uso de geradores de eletricidade a óleo diesel. Nesse contexto, é natural a desconfiança da população local sobre os benefícios de novos empreendimentos. Em Tete, a pergunta recorrente é: “Se Cahora Bassa não nos fornece boa energia, por que acreditar que Mpanda Nkuwa irá ofertar?”⁷. Desse modo, exportar energia para a África austral pode contribuir para o balanço fiscal, mas parece pouco contribuir para o desenvolvimento local.

Muito além da distribuição dos benefícios, o desconforto em relação aos grandes projetos de infraestrutura tem origem nos altos custos socioambientais. Apesar de serem considerados elementos-chave para o desenvolvimento de Moçambique, os empreendimentos de grande porte impõem riscos à integridade ambiental e às comunidades locais. Se, por um lado, a chegada do empreendimento fortalece e dinamiza a economia local – trazendo trabalho e renda –, por outro, traz novos desafios como a ruptura da estabilidade social, perda de conhecimentos e saberes locais, choques culturais

com migrantes internacionais e incremento de patologias sociais (criminalidade, drogas etc.), além da alteração no meio físico e biótico. Portanto, está claro que a disjunção entre custos e benefícios – ou melhor, entre ganhadores e perdedores – é o elemento de potenciais conflitos trazidos pelos novos fluxos de investimento.

O novo modo de operação

A questão distributiva apresentada neste artigo não questiona a relevância da entrada de investimentos e serviços estrangeiros. No contexto dos investimentos em infraestrutura de Moçambique, não se trata de negar uma visão progressista de crescimento, mas sim questionar como os empreendimentos são planejados e implementados e a quem eles beneficiam.

Uma vez escolhida a opção pela realização de grandes empreendimentos, é necessário estabelecer um novo modelo de operação, estabelecendo relacionamentos transparentes e duradouros com os agentes locais. Aos benefícios de transferência tecnológica e formação de capacidades, deve somar-se a preocupação em compartilhar os benefícios em nível local. Ademais, os custos socioambientais associados podem ser mitigados com o fortalecimento institucional do Estado por meio de seus agentes e da sociedade civil. Ao empoderar governo e sociedade como agentes de seu desenvolvimento, grandes empreendimentos têm maior chance de se tornarem verdadeiras plataformas para o desenvolvimento sustentável.

❶ Ver: <<http://bit.ly/9RLUqj>>.

❷ Ver: <<http://bit.ly/nUKJ2p>>.

❸ Ver: <<http://bit.ly/9RLUqj>>.

❹ Ver: <<http://bit.ly/POA28E>>.

❺ Ver: <<http://bit.ly/POA28E>>.

❻ Ver: Renewable Energy Country Profiles – Africa. Disponível em: <<http://bit.ly/At5ydX>>.

❼ Nesta pesquisa, realizada em maio de 2011, foram analisados discursos de *stakeholders* na cidade de Tete em relação à construção da barragem de Mpanda Nkuwa.



Luiz Eduardo Rielli

Profissional da área de sustentabilidade, com experiência em projetos de infraestrutura e políticas públicas. Mestre em Economia Ecológica pela Universidade de Edimburgo (Reino Unido).

ENERGIA SUSTENTÁVEL

Viabilizando comércio e mercados para a energia sustentável na África

Maresh Sugathan

Embora a África seja responsável por uma pequena fração das emissões mundiais de gases-estufa, o continente se encontra em uma posição ideal para participar de iniciativas comerciais em matéria de energia sustentável.

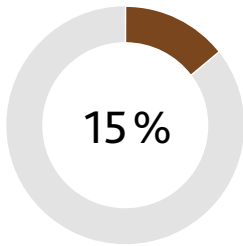
Os impactos adversos das mudanças climáticas serão sentidos desproporcionalmente ao redor do planeta. As populações mais pobres e vulneráveis dos países em desenvolvimento da África, do Sul da Ásia e das ilhas de baixa altitude deverão sofrer mais com tais transformações. Assim, é necessário auxiliá-las a superar esses efeitos das mudanças climáticas. Um caminho ideal para a adoção efetiva de tecnologias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas é o estabelecimento de iniciativas comerciais em energia sustentável (SETIs, sigla em inglês).

Tais iniciativas partem de uma perspectiva holística do setor de energias sustentáveis. Na prática, seu objetivo é tratar das diversas barreiras comerciais ou à entrada de novos competidores no mercado, além de clarificar as regras comerciais existentes – inclusive aquelas ligadas à concessão de subsídios para energias limpas. Em resumo, as SETIs poderiam fornecer um arcabouço capaz de viabilizar um aumento na escala de produção de energias sustentáveis na África, onde a questão das mudanças climáticas é urgente. De fato, embora esse continente emita menos de 4% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEEs), estudos sobre os efeitos das mudanças climáticas recorrentemente apontam a região como a mais vulnerável do planeta. Ao mesmo tempo, estima-se que as taxas de crescimento das emissões provenientes da África serão as mais baixas entre todas as regiões do globo em 2035.

O acesso às fontes de energia sustentável constitui outra importante necessidade que poderia ser tratada por uma SETI. Apenas cerca de 30% de toda a população da África Subsaariana possui acesso à eletricidade – sendo que, nas áreas urbana e rural, essa taxa corresponde a 60% e 14%, respectivamente. Ademais, a biomassa tradicional – lenha e outros resíduos naturais – domina o consumo de energia na região, respondendo por cerca de 50% da oferta total em 2008.

Apesar do reduzido impacto em comparação a outras regiões, a África se encontra em uma posição vantajosa para a adoção de novas abordagens voltadas às energias sustentáveis. Da mesma forma, o continente poderia beneficiar-se significativamente da utilização progressiva de energias renováveis. O acesso à energia derivada de fontes renováveis – conectadas ou não à rede –, bem como a utilização de fogões modernos e tecnologias mais limpas de cozimento, poderia reduzir tanto as emissões relacionadas ao desmatamento quanto as mortes causadas pelos altos níveis de poluição no interior das residências.

O aumento do uso de combustíveis alternativos na África é outra forma de garantir efetividade às SETIs no tratamento das necessidades de segurança energética da região. Segundo relatório publicado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA, sigla em inglês), a participação do continente no consumo global de petróleo em 2010 foi de apenas 3,7%, o que contrasta com uma oferta equivalente a 12,4% do total produzido no mundo. Embora alguns países africanos sejam grandes exportadores de petróleo, a região depende consideravelmente das importações. Todos esses Estados são vulneráveis à volatilidade nas cotações do produto e aos impactos dessas oscilações sobre seu balanço de pagamentos. Nesse sentido, a adoção de fontes renováveis de energia – como biocombustíveis, energia solar ou hidráulica – poderia aliviar a dependência de importações de combustíveis fósseis e contribuir para a economia de preciosos recursos financeiros.



Porcentagem do consumo energético da Europa que, segundo as metas do projeto Desertec, deverá ser produzido nos desertos do Norte da África e no Oriente Médio em 2050.

Ferramentas para lidar com as barreiras comerciais e de mercado

Os altos custos iniciais associados ao desenvolvimento de energias sustentáveis demonstram que a intervenção estatal na política doméstica é necessária para nivelar a competição entre as fontes de energia verdes e convencionais. Ademais, a ação política pode criar um ambiente mais favorável para os investimentos em geração de energia sustentável. Políticas comerciais complementares também podem ser implementadas com o objetivo de garantir aos produtores de energia sustentável o acesso a bens de capital e serviços de qualidade adequada no mercado internacional.

Embora seja possível a exploração de sinergias entre os vários objetivos perseguidos pelas políticas para energias renováveis, é necessário ressaltar que estas podem ser concebidas e utilizadas por muitos países a fim de restringir o comércio. Por exemplo, metas nacionais de emprego ou produção industrial podem motivar a adoção de políticas discriminatórias contra fornecedores estrangeiros de bens e serviços relacionados às energias sustentáveis. Nesse sentido, a Organização Mundial do Comércio (OMC) fornece instrumentos capazes de impedir a manutenção de barreiras nos mercados desses bens e serviços. No entanto, as regras da OMC são ambíguas em muitas áreas do setor de energia; em outras, são inexistentes – como no caso da transmissão transfronteiriça de energia elétrica.

Como a Rodada Doha da OMC está paralisada, a regulamentação multilateral do setor de bens e serviços ambientais – um dos tópicos da pauta – permanece sem avanços. A presente situação sugere a necessidade de consideração das SETIs, que poderiam ser uma forma de aproximar países interessados em abordar as questões das mudanças climáticas e da segurança energética de longo prazo em um contexto de liberalização comercial. Exemplo de iniciativa que vem angariando interesse de governos e do setor privado é o acordo comercial em matéria de energia sustentável (SETA, sigla em inglês). Tal arranjo, negociado recentemente entre países com interesses convergentes, busca lidar com as barreiras de comércio e mercado e estabelecer um conjunto de diretrizes para a realização de intercâmbios no setor de energias sustentáveis.

Conceitualizando as SETIs africanas

São inúmeros os caminhos possíveis para um acordo comercial nessa área, tanto em termos de estrutura e escopo quanto em relação às barreiras que seriam abordadas. O SETA poderia ser um acordo plurilateral autônomo, e suas concessões poderiam ser estendidas a todos os membros do sistema multilateral de comércio, com base no princípio da nação mais favorecida (NMF). Algo similar ocorreu com o Acordo de Tecnologia da Informação (ITA, sigla em inglês), que subordinou o acesso aos mercados de importantes membros da OMC ao cumprimento de critérios comerciais, climáticos e energéticos.

Os Estados africanos que queiram participar de um SETA podem desejar maior ênfase no tratamento especial e diferenciado, algo que asseguraria alguma liberdade para tentativas de estabelecimento de uma base de produção competitiva e viável economicamente. Além disso, esses países podem buscar a cooperação tecnológica e a assistência na área de energia sustentável. Por exemplo, de acordo com relatório publicado pela Corporação Financeira Internacional (IFC, sigla em inglês), a abertura de um escritório capaz de oferecer serviços comerciais e financeiros a empresas locais e internacionais dedicadas à produção de bens ambientais possibilitaria um melhor funcionamento das cadeias de abastecimento e facilitaria a penetração no mercado.

a participação do continente no consumo global de petróleo em 2010 foi de apenas 3,7%, o que contrasta com uma oferta equivalente a 12,4% do total produzido no mundo.

À medida que os custos de geração de energia renovável decaírem, a assistência em matéria de infraestrutura poderia estimular a instalação de redes de transmissão transfronteiriças. Assim, países africanos detentores de uma oferta considerável de energia renovável poderiam não somente produzir o suficiente para seu consumo interno, como também exportar o excedente para seus vizinhos. Iniciativas como a DESERTEC, que reúne diversos Estados interessados em promover a exportação de energia solar produzida no Norte da África para os mercados europeus, também se beneficiariam de uma SETI. Por exemplo, tal iniciativa poderia clarificar as regras para a transmissão transfronteiriça de energia. São diversos os formatos possíveis: a adoção de um acordo formal, como um SETA, pode dar lugar à busca por soluções baseadas na cooperação voluntária.

Tais iniciativas já estão adquirindo força na África. Dois documentos que estabelecem uma iniciativa política regional em matéria de energia renovável e eficiência energética serão adotados durante o Fórum de Alto Nível sobre Energia, programado para ocorrer de 29 a 31 de outubro, em Acra (Gana). A fim de evitar uma crise energética no continente em 2030, algumas soluções são apontadas, quais sejam: expansão das redes de transmissão, bem como do potencial gasífero e hidrelétrico, e aumento dos investimentos em eficiência energética e em energias renováveis. Isso ilustra com clareza a relevância das SETIs para a África e constitui uma alternativa para que a visão de um mundo mais sustentável, enfatizada durante a Rio+20, adquira contornos mais concretos.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em BioRes, Vol. 6, No. 3 – set. 2012.



Mahesh Sugathan
Coordenador do Programa de
Análise de Políticas Econômicas e
Comerciais do ICTSD.

BRICS

Um olhar sobre o engajamento da África com os BRICS

Taku Fundira

Este artigo apresenta uma análise panorâmica acerca do envolvimento dos BRICS com os países da África tanto do ponto de vista econômico quanto político.

O mundo está atualmente testemunhando uma mudança no ambiente de comércio internacional e, nesse contexto, os BRICS – agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e, seu membro mais recente, África do Sul – começaram a buscar um maior papel no equilíbrio das estruturas de governança econômica global. A história dos BRICS e da África acaba de começar, e o futuro dessa relação é brilhante. O objetivo deste artigo é compreender a maneira com que os BRICS estão se engajando com a África não apenas do ponto de vista econômico, mas também político.

A ascensão dos BRICS e as reações da comunidade global

Para a África – onde pobreza, insegurança alimentar, infraestrutura insuficiente e falta de capacidade produtiva e de transferência de tecnologia persistem como desafios –, o papel de algumas dessas economias emergentes dentro das chamadas alianças Sul-Sul pode ser considerado uma oportunidade para aumentar a cooperação com outros países em desenvolvimento (PEDs), principalmente no que toca aos aspectos econômicos e sociais da região. Ademais, o maior poder de barganha dos PEDs nas negociações multilaterais – refletido nas atuais negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) – constitui outra razão para a cooperação com mercados emergentes como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Apesar dos pontos positivos, a relação dos BRICS com a África desperta preocupações. O envolvimento de economias em expansão – como Índia e China – com o continente africano tem sido questionado e, por vezes, considerado similar à colonização da África no passado. O argumento é certamente plausível, dado que a maioria dos investimentos desses mercados emergentes no continente está concentrada nos tradicionais setores primários, ricos em recursos naturais.

A entrada da África do Sul: reações mistas

A adesão da África do Sul aos BRIC estimulou debates sobre as vantagens que isso poderia trazer para o país e para o continente africano. Para alguns especialistas, as desvantagens da África do Sul no que diz respeito a oportunidades de comércio e investimento são evidentes quando estas últimas são comparadas com os demais países do agrupamento. Outras preocupações giram em torno da ideia de que, na verdade, os BRICS não aumentarão as perspectivas de comércio para a África do Sul e o restante do continente.

Além disso, argumenta-se que os BRICS enfraquecerão o processo de integração regional, que já revelava um desalinhamento entre os interesses globais da África do Sul e aqueles de seus vizinhos continentais – como ilustra a relutância da África do Sul em negociar certos aspectos do Acordo de Parceria Econômica (EPA, sigla em inglês) com a União Europeia (UE).

Por outro lado, a adesão da África do Sul aos BRIC ilustra a importância estratégica desse país para a configuração Sul-Sul do agrupamento. A África do Sul é um parceiro estratégico para investimentos, na medida em que conecta o continente africano com o restante do mundo e facilita o fluxo de investimentos dos BRIC para o restante da África. Por meio de sua incorporação ao grupo, a África do Sul afirma-se não apenas como uma economia emergente, mas também como a porta de entrada para o continente.

O engajamento dos BRICS com a África

Atualmente, a África constitui uma nova fronteira de oportunidades, além de abrigar algumas das economias que mais crescem no mundo. Cabe destacar, entretanto, que os países africanos precisam criar um ambiente favorável à transformação das oportunidades em benefícios acumulados.

A taxa de crescimento do comércio dos BRICS com a África ultrapassou aquela do agrupamento com o restante do mundo, bem como a média de crescimento do comércio global. No caso de Índia e China, o intercâmbio com a África responde por 2,6% e 2,3% de seus produtos internos brutos (PIB), respectivamente. Quanto ao Brasil, esse percentual corresponde a 1,7% e, no que diz respeito à Rússia, a 0,5%. Nesses termos, a África do Sul é o integrante do agrupamento que apresenta o comércio mais intenso com o continente, tendo registrado, em 2010, fluxo comercial superior a 3% de seu PIB.

O intercâmbio com a China – maior parceiro da África – passou de US\$ 3,5 bilhões em 1990 para mais de US\$ 120 bilhões em 2010¹, o que corresponde a cerca de dois terços do total comercializado pela África com os BRICS. Dadas as significativas reservas de recursos naturais da Rússia e a predominância econômica da África do Sul na região, os dois são os únicos dentre os BRICS a apresentar superávit comercial com a África.

Durante a crise financeira, no período 2008-2009, o comércio total entre a África do Sul e a África decresceu 24%, passando de US\$ 21,2 bilhões em 2008 para aproximadamente US\$ 16 bilhões em finais de 2009. Contudo, no ano seguinte, houve uma recuperação de 17% no comércio sul-africano com o continente, que registrou US\$ 18,8 bilhões. Esse intercâmbio comercial está, no entanto, concentrado em poucos países: Nigéria (35%), Angola (32%) e Moçambique (8%) compõem 75% das importações da África do Sul; enquanto Zimbábue (17%), Moçambique (16%) e Zâmbia (14%) representam aproximadamente 47% das exportações.

Além disso, o comércio de produtos de valor agregado permanece fraco, especialmente para as importações sul-africanas, o que evidencia a dependência do país de produtos primários.

No que diz respeito aos padrões de investimento externo direto, China e Índia lideram o grupo em termos de presença na África. Os investimentos são diversificados – embora ainda concentrados em infraestrutura e *commodities* –, mas apresentam um recente aumento no setor de serviços. Entre as áreas que têm recebido especial atenção estão telecomunicação, serviços financeiros, agronegócio, infraestrutura, óleo e gás, mineração e energia elétrica.

O que isso significa para a África?

Os países africanos estão cientes da importância do comércio e do investimento como condutores de crescimento econômico, desenvolvimento e redução da pobreza. Nesse sentido, a maioria desses países tem empreendido esforços para criar um ambiente de comércio favorável.

A emergência da China como uma superpotência econômica levou, de muitas formas, ao revigoramento do interesse comercial na África. Para os BRICS, o envolvimento com o continente não é um ato unilateral de boa vontade: faz completo sentido econômico e estratégico. É preciso, todavia, cuidar para que essas oportunidades sejam transformadas em benefícios. Nesse sentido, os países africanos podem, por exemplo, adicionar, aos projetos de infraestrutura, termos e condições ligadas a áreas de maior necessidade. É necessário uma abordagem proativa, que permita o desenvolvimento de estratégias de cooperação alinhadas aos objetivos de desenvolvimento regional e nacional.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em Bridges Africa Review Vol. 1, No. 2 – 04 jun. 2012.



Taku Fundira
Pesquisador no Trade Law Center
(TRALAC).

¹ Ver: <<http://bit.ly/JetejL>>.

COOPERAÇÃO EM AGRICULTURA

A experiência da Embrapa na África

José Luiz Bellini Leite

O autor apresenta três projetos empreendidos em Moçambique pela Embrapa, nas áreas de inovação tecnológica, segurança alimentar e transferência de tecnologia. Na análise, são apontadas as principais contribuições de tais iniciativas para a cooperação técnica em agricultura, bem como as dificuldades na consecução dos projetos.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma instituição do governo brasileiro ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil e uma das mais importantes instituições de pesquisa agrícola do mundo, bem como uma das principais responsáveis pelo sucesso do agronegócio brasileiro. Sua criação, em 1974, teve por objetivo livrar o Brasil da condição de grande importador de alimentos. A Embrapa desempenhou papel protagônico na transformação do país em um dos mais importantes atores no mercado internacional de *commodities* agrícolas.

Além disso, o grau elevado de especialização da Embrapa no desenvolvimento de tecnologias para regiões tropicais chamou a atenção dos diferentes países africanos que enfrentam desafios como a segurança alimentar e nutricional e a melhoria de vida das populações rurais. Isso levou diversos países a buscar cooperação técnica em agricultura junto ao governo brasileiro. Esse interesse encontrou amparo na política do Brasil voltada ao reforço das relações Sul-Sul, eixo em que é comum a preocupação com a fome e a pobreza. Ademais, a agricultura é reconhecida como ferramenta no combate a esses problemas.

Nesse contexto, o governo brasileiro tem implementado acordos de cooperação técnica, nos quais a Embrapa desempenha um papel central no desenvolvimento agrícola. Por meio de arranjos de cooperação técnica firmados com diferentes governos africanos, a Embrapa participa com conhecimentos técnicos, e os recursos são provenientes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério de Relações Exteriores, e de outros doadores. Esse é o caso do Programa da Embrapa em Moçambique, compreendido por três projetos em andamento, sob o formato de cooperação técnica trilateral.

O programa Embrapa-ABC Moçambique inclui diversas iniciativas voltadas ao fortalecimento do setor agrícola do país, tais como a adaptação de variedades brasileiras e tecnologias às condições locais; o desenvolvimento do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM); e a capacitação dos pesquisadores e técnicos. Os projetos contam com colaboração de instituições como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, sigla em inglês) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA, sigla em inglês). Atualmente, existem três projetos focados no desenvolvimento de tecnologias para produção agrícola e capacitação do IIAM para inovação agrária.

Composta por Brasil, Moçambique e Estados Unidos, a primeira iniciativa – intitulada Plataforma de Investigação Agrária e Inovação Tecnológica (PIAIT) – visa a fortalecer o IIAM em sua capacidade de conduzir o processo de inovação tecnológica por meio do estreitamento das relações com instituições moçambicanas e internacionais. A PIAIT reúne, na sede do IIAM, 12 instituições internacionais ligadas ao Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR, sigla em inglês), que desenvolve atividades similares à Embrapa em Moçambique.

A PIAIT é conduzida pela Unidade de Gestão da Plataforma (UGP), formada por um representante do IIAM, outro das instituições internacionais e outro representante da Embrapa em Moçambique. Além de participar na gestão da PIAIT, a Embrapa desenvolve atividades em dois pilares centrais da Plataforma: (i) o apoio à re-estruturação do IIAM, mediante o desenvolvimento e a implantação de um planejamento estratégico de longo

Além dos recursos da ABC e do apoio técnico da Embrapa, a USAID destinará US\$ 8,4 milhões a cinco centros internacionais privados de pesquisa agropecuária presentes em Moçambique.

prazo; e (ii) o desenvolvimento de atividades-chave em assuntos transversais de interesse – a exemplo do aumento na capacidade de produção de sementes básicas e pré-básicas, gestão territorial e comunicação para a inovação tecnológica.

O Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional é a segunda iniciativa do programa da Embrapa em Moçambique e busca fortalecer a produção de hortaliças por pequenos produtores e direcionar os produtos para consumo *in natura* e processados no chamado Corredor Verde de Maputo. No final, espera-se que a diversificação e o aumento da produção vegetal – por meio do aprimoramento das técnicas de cultivo – aumente a oferta de alimentos e melhore a dieta das famílias. Assinado em janeiro de 2012, o projeto constitui uma cooperação técnica entre Brasil, Estados Unidos e Moçambique, é financiado pela ABC e pela USAID e executado por Embrapa, Universidade da Flórida, Universidade Estadual de Michigan e o Ministério da Agricultura de Moçambique, por meio do IIAM.

Os objetivos específicos do referido projeto são: (i) realizar estudos socioeconômicos para o apoio à produção, pós-colheita e processamento de hortaliças, a fim de conhecer as particularidades da produção e do consumo de hortaliças em Moçambique e avaliar as cadeias produtivas e sua competitividade; (ii) desenvolver e fortalecer sistemas de produção, com vistas ao aumento qualitativo e quantitativo da produção de produtos hortícolas, como instrumentos de diversificação da dieta alimentar em Moçambique; (iii) desenvolver e fortalecer modelos integrados de produção agrícola, pós-colheita e processamento de produtos estratégicos, além de melhorar os sistemas de embalagem, armazenagem e processamento de produtos hortícolas, para suporte aos programas de segurança alimentar e nutricional; e (iv) treinar e capacitar técnicos no Brasil, nos Estados Unidos e em Moçambique, de modo a estabelecer uma base de conhecimento técnico em sistemas de produção, pós-colheita e processamento de hortaliças e de gestão de unidades coletivas de produção e processamento de produtos agroalimentares. Variedades brasileiras de tomate, alface, cebola, cenoura, pimentão, repolho e alho estão atualmente em teste na Estação Agrária de Umbeluzi do IIAM.

O ProSavana-PI (projeto de investigação) é a terceira iniciativa sob responsabilidade da Embrapa. Trata-se de uma plataforma institucional de cooperação composta por Brasil, Moçambique e Japão, com o objetivo de melhorar a capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no Corredor da Nacala, região Norte de Moçambique. Também, o ProSavana-PI visa à construção de uma base tecnológica capaz de desenvolver e transferir tecnologias agrícolas apropriadas e tornar o aumento da produção regional sustentável. A iniciativa parte da experiência da Embrapa na conservação e no desenvolvimento do cerrado brasileiro, vegetação similar às savanas africanas.

O objetivo geral do ProSavana-PI é contribuir para o desenvolvimento regional do Corredor de Nacala, mediante o fortalecimento da capacidade de pesquisa e de difusão de soluções tecnológicas nos Centros Zonais de Investigação Agrária Nordeste (Nampula) e Noroeste (Lichinga) do IIAM. Seus objetivos específicos são: (i) fortalecer a capacidade operacional e de disseminação de tecnologias dos Centros Zonais Nordeste e Noroeste do IIAM; (ii) avaliar as condições socioeconômicas e desenvolver métodos e critérios para avaliação de impacto socioambiental decorrente do uso de novas tecnologias; (iii) identificar e avaliar as condições dos recursos naturais para a prática da agricultura no Corredor de Nacala e disponibilizar tecnologias para sua utilização sustentável; (iv) desenvolver/adaptar, validar e disponibilizar soluções tecnológicas eficientes para o cultivo agrícola e a produção animal que gerem excedentes exportáveis; e (v) desenvolver/adaptar, validar e disponibilizar, em conjunto com comunidades de produtores, tecnologias agrícolas selecionadas para a agricultura de economia familiar.

A gestão do Programa da Embrapa em Moçambique está a cargo da Coordenação Geral em Maputo e da Coordenação Técnica em Nampula. Cada projeto possui equipe técnica específica, bem como planejamento de atividades e orçamento próprios. As equipes técnicas são de caráter trilateral: envolvem especialistas da Embrapa, do IIAM e de um terceiro país parceiro. As atividades planejadas são implementadas por meio de missões

técnicas conjuntas, acompanhadas e supervisionadas pela Coordenação em Moçambique. As atividades da Embrapa no exterior – inclusive as de Moçambique – são supervisionadas em instância superior pela Secretaria de Relações Internacionais (SRI), na sede da Embrapa em Brasília, por meio da Coordenadoria de Cooperação Técnica (CCT). Por sua vez, a articulação da Embrapa com a ABC é compartilhada pela Coordenação em Moçambique e pela CCT da SRI, e as execuções orçamentárias com os diversos financiadores seguem a dinâmica e as normas específicas de cada agência.

O Programa da Embrapa enfrenta obstáculos relevantes em diversas esferas. Na dimensão político-institucional, lograr arranjos que acomodem os perfis das Partes é tão desafiador quanto relevante. Tradicionalmente, a Cooperação Técnica é de cunho bilateral, e a inovação da cooperação trilateral apresenta campo para melhorias, uma vez introduzida nos programas da Embrapa com características como a partilha de encargos, responsabilidades e apropriação de resultados e benefícios; a institucionalização; e a acomodação de características legais dos diferentes parceiros. Também parece relevante – além de um campo de aprendizado – a acomodação dos diferentes interesses envolvidos na cooperação trilateral de forma a convergi-los para objetivos comuns no âmbito da cooperação.

Interagir e criar sinergias entre culturas diferentes envolvidas na cooperação trilateral constitui um enorme desafio, que se apresenta a cada momento e requer parcimônia nos arranjos e decisões para que os objetivos estabelecidos nos documentos legais da cooperação possam ser atingidos de maneira efetiva. Diálogo e transparência, além de critérios claros no processo decisório e tratamento diferenciado para cada ação, parecem compor a melhor abordagem para fazer frente a esses desafios.

Um processo acelerado de amadurecimento faz-se mister na cooperação brasileira, a qual foi tradicionalmente caracterizada como recebedora de ajuda e, agora, foi transformada em parceira em arranjos de cooperação técnica fora das fronteiras nacionais – sem contar, entretanto, com o aparelhamento adequado para o desempenho de tais atividades na escala exigida. Dito de outro modo, os mecanismos de recebedor de cooperação podem não ser os mais adequados para um país que se pretenda um ator relevante na área da cooperação técnica internacional.

Da mesma forma, a Embrapa desenvolve processo de refinamento de seus mecanismos para torná-los mais ágeis e adequados aos desafios das demandas por cooperação técnica e científica na área agrícola. A transformação de uma assessoria de assuntos internacionais para uma secretaria, com funções gerenciais, foi um marco relevante desse processo, além dos direcionamentos dos trabalhos para projetos de longo prazo (denominados “estruturantes”), com maior potencial para efetivar resultados de interesse dos países parceiros.

Por fim, a criação da Embrapa Internacional é a resposta maior da Empresa como afirmativa de seu interesse e determinação de instrumentalizar de forma profissional a cooperação técnica e científica em sua carteira de trabalho e de desafios.

-
- ❶ Neste texto, o termo “agronegócio” é entendido como o conjunto de agentes econômicos responsáveis pelo fornecimento de insumos e serviços, produção primária com diversas escalas, processamento, logística e distribuição de produtos agropecuários das diferentes cadeias de valor.
 - ❷ A disponibilização de informações constitui uma contribuição importante resultante da parceria entre especialistas da Embrapa e do IIAM. As análises podem ser acessadas em: <<http://bit.ly/UjSLxa>>.



José Luiz Bellini Leite
Coordenador do Programa da
Embrapa-ABC em Moçambique.
E-mail: jose.bellini@embrapa.br.

Informações úteis

Eventos do ICTSD no Fórum Público da OMC: "Crise do multilateralismo?"

O Fórum Público da OMC de 2012, a ser realizado entre 24 e 26 de setembro, em Genebra (Suíça), reunirá representantes de governos, organizações não-governamentais, academia e empresariado para debater a questão norteadora do evento: "o multilateralismo está em crise?". O ICTSD organizará diversos eventos durante o Fórum sobre sustentabilidade, mudança do clima, multilateralismo, parcerias público-privadas, entre outros. Para mais informações sobre os eventos, clique [aqui](#).

Diálogo Bridges China: "Economia Política Internacional de uma China em Transição"

Organizado pelo ICTSD, o evento será realizado em 27 de setembro em Genebra (Suíça) e abordará o papel da China na governança para o desenvolvimento sustentável – com atenção especial à transição por que passa o país nas esferas política, econômica, social e internacional. O evento foi organizado em parceria com a Friedrich-Ebert Stiftung (FES) e o Centro de Pesquisa de Políticas e Negócios Chineses da Indiana University Bloomington. O objetivo é analisar as implicações desse período de transição e avaliar como empresários, governo e sociedade civil chineses contribuem para o desenvolvimento sustentável na China e globalmente. Para mais informações, acesse o [site do evento](#).

CAPES/Fulbright: bolsas-sanduiche para doutorado nos Estados Unidos

Neste ano, o programa promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Comissão Fulbright é direcionado a estudantes de doutorado no Brasil, nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais, Letras e Artes. Os candidatos, de comprovado desempenho acadêmico, deverão apresentar projetos de pesquisa de excelência para serem desenvolvidos, parcialmente, em uma instituição estadunidense. O programa prevê a concessão de até 30 bolsas, com duração de nove meses, entre agosto/setembro de 2013 e abril/maio de 2014. As inscrições para o processo seletivo estão abertas até 1º de outubro de 2012. Um curso de inglês será oferecido aos candidatos selecionados. Para mais informações, clique [aqui](#).

Curso sobre Direito Internacional e Mudança do Clima

A Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) realizará, a partir de 17 de outubro, o curso "Direito Internacional e Mudança do Clima". Ministrado pelo embaixador Raúl Estrada Oyuela e pela professora Soledad Aguilar, o curso poderá ser acompanhado presencial (em Buenos Aires) ou remotamente (*online*) e terá duração de quatro semanas. O objetivo é refletir

sobre como o direito internacional regula o fenômeno das mudanças climáticas, como a UNFCCC se enquadra no direito internacional e como essa Convenção está relacionada a processos como o G-20 e a OMC. Para mais informações, acesse o [site da FLACSO](#).

Curso de Verão sobre Financiamento à Energia Sustentável

O Centro de Colaboração para o Clima e Financiamento à Energia Sustentável – codirigido pela Escola de Frankfurt e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) – promoverá, de 21 a 26 de outubro, uma segunda sessão do Curso de Verão, a ser realizada em Nairobi (Quênia). No programa do curso, estão previstos temas como financiamento de energias renováveis, projetos de eficiência energética em mercados emergentes e em desenvolvimento e ferramentas práticas de conhecimento integrado. O público-alvo inclui gestores de projetos, consultores políticos e profissionais do setor financeiro. Para mais informações, acesse o [site do curso](#).

Banco Mundial promove curso sobre mecanismos do Protocolo de Quioto

O conteúdo do curso "O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e a Implementação Conjunta: aplicando os mecanismos de projetos de Quioto" tratará desses dois instrumentos do Protocolo de Quioto com vistas à redução das emissões de gases de efeito estufa. O curso foi desenvolvido pelo programa Carbon Finance Assist do Banco Mundial e pelo Instituto de Gestão de Gases de Efeito Estufa. Organizado em dez módulos, o curso tem como público-alvo especialistas e profissionais da área de financiamento de carbono, tomadores de decisões e representantes de organizações da sociedade civil. Para mais informações, clique [aqui](#).

Cursos online do UNITAR

O Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR, sigla em inglês) promove diversas atividades *online* e, durante o mês de outubro, serão oferecidos cursos nos temas: conferências multilaterais e diplomacia, solução de controvérsias na Organização Mundial do Comércio (OMC), técnicas de negociações, governança ambiental, entre outros. Os cursos eletrônicos possuem custos variáveis e estão abertos a uma diversidade de profissionais. Para mais informações, acesse o [site do UNITAR](#).

Publicações



Formas de Promover Ambientes Favoráveis e Superar Barreiras ao Desenvolvimento e à Transferência de Tecnologia

ICTSD – setembro 2012

Em resposta ao pedido do Escritório Executivo de Tecnologia da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), o ICTSD preparou esse estudo, em que ressalta o papel dos direitos de propriedade intelectual (DPIs) no desenvolvimento e na transferência de tecnologias. O documento defende que é necessário haver maior clareza na área dos DPIs para compreender seus impactos nos processos mencionados acima. Acesse o estudo [aqui](#).



Farm Policy e Assistência a Riscos nos Estados Unidos: os projetos de lei concorrentes do Senado e do Comitê de Agricultura da Câmara de Representantes de julho de 2012

ICTSD – setembro 2012

O estudo elaborado por David Orden e Carl Zulauf sustenta que o seguro para *commodities*-chave deve constituir um elemento crítico da próxima *Farm Bill* dos Estados Unidos. Os autores oferecem uma análise acerca das opções políticas disponíveis para a gestão de riscos no que toca aos cultivos e à renda. Orden e Zulauf buscam, ainda, estabelecer a medida em que tais políticas podem distorcer mercados ao afetarem o comércio ou a produção. Para acessar o estudo, clique [aqui](#).



Governança dos Subsídios à Energia Limpa: o quê, por quê e quão legal?

ICTSD – setembro 2012

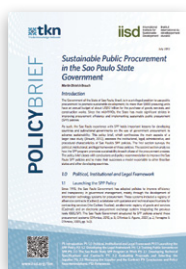
Que tipo de medidas de apoio à energia limpa podem ser mantidas sob as regras de comércio internacional e quais não podem? Para aumentar a confiança de investidores e promover investimentos em energia limpa, é central que haja um regime de governança de comércio e energia claro e coerente. A ambiguidade sobre tais medidas nas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) pode inibir os esforços domésticos para expandir a energia renovável. Uma forma de desfazer tal ambiguidade é um possível acordo sobre o comércio de energia renovável (SETA, sigla em inglês). O estudo de Arunabha Ghosh e Himani Gangania enfatiza a importância da compreensão dos tipos de subsídios à energia limpa que os países usualmente adotam e como esses tipos se encaixam em mecanismos legais existentes. Acesse o estudo [aqui](#).



Instituições Internacionais e os Novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015: mudança do clima e países pobres e vulneráveis

FIELD – setembro 2012

O estudo argumenta que as transformações das instituições internacionais após a Rio+20, bem como os objetivos de desenvolvimento sustentável propostos nessa Conferência, devem priorizar o combate às mudanças climáticas e os países pobres e vulneráveis, levando em consideração a segurança humana. Observa-se que tanto a UNFCCC como o Protocolo de Quioto reconhecem a necessidade de tratamento diferenciado, mas este deve ser refletido em mudanças nas instituições internacionais e nos objetivos de desenvolvimento sustentável. Nesse processo, o estudo argumenta que a segurança humana constitui um marco conceitual que pode fortalecer as instituições internacionais e os novos objetivos. Por fim, são analisados os desafios para os países pobres e vulneráveis no contexto do agravamento dos fenômenos climáticos, processo em que são ampliadas as ameaças ao desenvolvimento sustentável e à segurança humana. Acesse [aqui](#) o estudo.



Compras Governamentais Sustentáveis no Estado de São Paulo

IISD – julho 2012

O estudo de caso de Martin Dietrich Brauch discute os avanços alcançados pelo Governo do Estado de São Paulo (Brasil) ao integrar sustentabilidade nos processos de compras públicas. O autor sustenta o argumento de que este caso serve como importante modelo de como usar compras governamentais para promover o desenvolvimento sustentável. Brauch documenta o início e a expansão do programa de Compras Públicas Sustentáveis de São Paulo e explica como seus defensores superaram obstáculos legais, institucionais, administrativos, de mercado e de pensamento, enquanto avalia as melhoras necessárias para expandir ainda mais o programa. Para acessar o estudo, clique [aqui](#).



Comércio em uma Estratégia de Desenvolvimento de "Crescimento Verde": temas e desafios de uma escala global

FIERDI – maio 2012

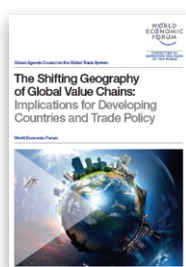
Essa pesquisa de Jaime de Melo mapeia o estado da arte sobre as consequências ambientais relacionadas ao comércio para a estratégia de desenvolvimento de um país em três aspectos: (i) ligações diretas entre comércio e meio ambiente (sobre exploração de recursos naturais e custos de transporte relacionados ao comércio); (ii) "comércio virtual" de emissões resultantes de atividades produtivas; e (iii) bens ambientalmente preferíveis para a gestão ambiental. Acesse a pesquisa [aqui](#).



Relatório Global de Ativação Comercial: reduzindo as barreiras das cadeias de fornecimento

WEF – maio 2012

O relatório do Fórum Econômico Mundial explora como a globalização das cadeias de valores impacta o comércio e as políticas comerciais. O estudo aborda investimentos em logística, alfândega e estado da marinha mercante. Com o seu quadro metodológico, o Índice de Ativação Comercial mensura como 132 economias aplicaram instituições, políticas e serviços para facilitar o livre fluxo de bens pelas fronteiras até seu destino. Para acessar o relatório, clique [aqui](#).



A Geografia Deslocada de Cadeias de Valores Globais: implicações para países em desenvolvimento e para a política comercial

WEF – julho 2012

O relatório do Fórum Econômico Mundial observa duas tendências contraditórias na economia mundial: a globalização econômica – que causa convergência e integração – e as políticas de resposta à crise econômica – que resultam em divergência e protecionismo. A tensão entre essas tendências produz, segundo o estudo, consequências negativas para a economia global, especialmente severas para os países mais vulneráveis e dependentes de comércio – o que coloca em destaque a importância da OMC e da liberalização comercial. O relatório observa, ainda, oportunidades de investimento em cadeias de produção de bens intermediários para amenizar a tendência de protecionismo. Para acessar o estudo, clique [aqui](#).



Países em Desenvolvimento Importadores de Alimentos: quem são eles e quais as opções políticas para a volatilidade dos preços globais

ICTSD – agosto 2012

Os preços elevados e voláteis dos alimentos oferecem novos desafios a países pobres importadores desses bens. O artigo, assinado por Alberto Valdés e William Foster, procura identificar quais países podem apresentar uma vulnerabilidade maior frente às recentes tendências dos preços e identifica ferramentas que tomadores de decisão no âmbito doméstico podem utilizar para promover a segurança alimentar. Para acessar o artigo, clique [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso da:

SDC - Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliarem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.

Trechos de PONTES podem ser usados em
outras publicações se forem citados de forma
apropriada.

Preço: €10.00
ISSN 1996-919

